

História Ambiental: uma demanda contemporânea

*Alfredo Ricardo Silva Lopes*¹

Resumo

Este artigo pretende salientar a emergência dos estudos relacionados à História Ambiental, bem como das transformações sociais que propuseram novas questões epistemológicas para a disciplina da História desde 1960, e, desta forma, evidenciar a interdisciplinaridade neste campo de estudo, pois o diálogo sistemático entre as ciências se mostra pertinente para o entendimento do meio natural. Neste caminho o presente trabalho se apropria de conceitos filosóficos, econômicos e sociológicos, para demonstrar as diferentes transformações nas principais concepções das ciências humanas que ocorrem a partir da década de 1960. Considerando, ainda, a emergência do ambientalismo como fator preponderante para o direcionamento das prerrogativas epistemológicas da História Ambiental.

Palavras-chave: Teoria da História; Historiografia; História Ambiental.

Abstract

This article aims to highlight the emergence of studies related to environmental history and the social transformations that have proposed new epistemological questions for the discipline of history since 1960, and thus highlight the interdisciplinarity in this field of study, since the systematic dialogue between the science is relevant to understanding the natural environment. In this way this paper makes use of philosophical concepts, economic and sociological, to demonstrate the different transformations in key concepts of the humanities that occur from the 1960s. Whereas, moreover, the emergence of environmentalism as a major factor for the direction of the prerogatives of epistemological Environmental History.

Keywords: Theory of History, Historiography; Environmental History.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.

O presente artigo possui dois objetivos, que apesar de distintos, estão diretamente conectados. O primeiro focaliza discussões teóricas e metodológicas relacionadas à História, salientando a emergência da História Ambiental a partir da relevância em incorporar no estudo da sociedade as variáveis ambientais. O segundo propósito, leva em consideração as transformações sociais que propuseram novas questões epistemológicas à História a partir de 1960. Nesse caminho um sobrevôo pela historiografia do século XX e do início do XXI mostra-se pertinente a fim de evidenciar a trajetória das demandas sociais e as modificações da disciplina.

Antes de se aprofundar no intuito do trabalho deve se ressaltar os caminhos escolhidos para o levantamento historiográfico. No caso da História Ambiental a sua origem pode ser remetida à interdisciplinaridade da escola francesa dos *Annales* no final do primeiro terço do século XX e a investida social dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, salientando seus posteriores “turns” de 1960 em diante. Nesse percurso é necessário transpor fronteiras e refletir sobre as implicações políticas ligadas a cada paradigma e seu contexto.

Lutando contra uma História vinculada à política e a intelectualidade Lucien Febvre e Marc Bloch, no final da década de 1920, reivindicavam novas perspectivas para o campo histórico. Questões sociais e econômicas vinham à tona como palavra de ordem a fim de orientar o percurso historiográfico francês, que ainda,

abria-se às Ciências Sociais e rompia os compartimentos especializados dos historiadores que trabalhavam com períodos ou temáticas estanques².

Entretanto, não cabe aqui fornecer a ideia de uma irrupção nos estudos históricos, pois a primeira geração do grupo da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* traz consigo as transformações sociais que o período impôs à História, além da herança da Geografia de Vidal de La Blache, da Sociologia de Durkheim e dos historiadores Henri Berr e Henri Pirenne. Neste caso e como será demonstrado a seguir, o grupo dos *Annales* não pode ser visto como portador de uma novidade demiúrgica. Nesse momento na área das Ciências Humanas as análises com enfoque estritamente político perdiam fôlego, já que eventos como a Grande Depressão e as duas Grandes Guerras, por exemplo, não podiam ser explicados simplesmente através do viés político. “Os *Annales* vão definir-se, em primeiro lugar, como hostis ao discurso e à análise políticos” propondo um alargamento do campo da história, surgindo então: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, os costumes, dentre outros³.

A busca pela ampliação de fontes e métodos, como aponta William H. Sewell Jr. em *Logics Of History*⁴, é fruto de no-

² FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p.267.

³ DOSSE, F. *A História em Migalhas*. Dos *Annales* à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003. p. 83.

⁴ SEWELL JR., William H. *Logics Of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: University Of Chicago Press, 2005.

vas implicações oriundas das demandas sociais e políticas. Sem ainda tocar a fundo o argumento de Sewell, que parte dos anos 60 do século XX nos Estados Unidos, pode-se perceber a mesma “lógica da história” em 1930 na França. Outro ponto que corrobora com essa análise é o fato de os historiadores dos *Annales* avançarem contra a pretensa passividade do historiador diante dos acontecimentos, o qual deveria apenas catalogar os fatos diante dos registros oficiais. Contra o cientificismo objetivista surge o relativismo subjetivo da prática, onde em virtude de preocupações das situações presentes o historiador escolhe os fatos a serem inquiridos. Dessa forma a História começa a se impor como um campo onde novas respostas podem ser encontradas, dependendo das perguntas que os pesquisadores se colocam.

O papel do historiador na sociedade abrange novas responsabilidades a partir da escola social francesa. A paulatina abdicação da neutralidade ofereceu ao pesquisador muito mais que novos objetos de estudo, quando as escolhas e posições do historiador passaram a ser objetos de análise. Portanto, os *Annales* renovam radicalmente o discurso histórico e como o título da revista vislumbra são privilegiados fenômenos econômicos e sociais. A quantificação dos dados científicos é marca latente no período após a Segunda Guerra Mundial, mas como aponta Sewell, isso não se dá apenas pelo crescente interesse na economia, mas pela emergência de sujeitos que não eram vistos como importantes para entender o

funcionamento da sociedade⁵.

Segundo Sewell⁶ a história social ganha terreno por produzir uma profunda e duradora transformação no campo da História. Primeiro, porque a história social estuda categorias de sujeitos que foram anteriormente ignorados pelos historiadores, as pessoas comuns. Esse interesse está consonante com as tendências populistas do ativismo político da década de 1960. E em segundo lugar, a história social atentou para capturar uma imensa gama de experiências de vida das pessoas simples, como trabalho, recreação, religião, dentre outros. Nesse contexto a quantificação foi a ferramenta de análise mais utilizada pelos historiadores sociais que buscavam produzir uma história vista de baixo, sem deslocar o olhar da forma estrutural de compreensão da sociedade.

Refinando a discussão sobre a política inconsciente (título do segundo capítulo do livro de Sewell) da história social na sociedade estadunidense da década de sessenta, o autor indica que as transformações sociais ocorreram em resposta ao modelo Fordista de capitalismo, considerado portador de monotonia burocrática, conformidade corporativa, uma moralidade repressiva e formas estultificantes de cultura de massa⁷. Sendo assim, tais pontos foram considerados altamente visíveis e repugnantes pelo movimento que engajou o estilo de Contracultura, que atacava a padronização e

⁵ Ibid.

⁶ Ibid. p. 27.

⁷ Ibid. p. 30.

regulação social e econômica do modelo Fordista. Dessa forma o escritor ensaia um modelo para explicar a saturação do modo quantitativo de análise do social, deixando claro que o modelo não comportava os anseios das subjetividades individuais na pesquisa histórica.

A historiografia estadunidense caminhou para um modelo de trabalho focado no cultural. Para tanto a antropologia cultural forneceu suporte no trato com rituais, convenções, tradições, desta forma os marginalizados, oprimidos, iletrados e as comunidades puderam ser analisados de uma forma que não implicasse a homogeneização de culturas locais. O *Cultural Turn* dos anos 1970 também produziu transformações na literatura, as pesquisas históricas fundadas em fontes literárias tomaram fôlego e proporcionaram, mais uma vez, o alargamento das fronteiras que delimitavam os modelos de fontes utilizadas.

Na fronteira entre as pesquisas sociais e culturas deve se salientar a contribuição de Edward P. Thompson, que como coloca Geoff Eley em seu “*Una línea torcida: de la historia cultural a la historia de la sociedad*”⁸, significou um momento de otimismo para historiografia social. Pois na agenda da história social defendida por Thompson estava um mundo que poderia conhecer-se através da história⁹, o discurso do historiador inglês era sedutor, pois situava a história

na base de uma agenda radical, o conflito estava no coração de sua escrita, de onde emergia a empatia na valorização das pessoas comuns.

Desta forma, não se deve perder de vista a idéia inicial de relacionar as novas abordagens historiográficas às transformações sociais e políticas. Membro destacado da esquerda britânica e profundamente ligado aos acontecimentos de 1968, Thompson serviu de exemplo para uma geração ligada na história social, consciente nas imbricações políticas da história, que via no campo as crescentes apropriações em busca de dar vazão às demandas dos sujeitos históricos que buscavam seu espaço nas décadas de setenta e oitenta. Na Inglaterra e nos Estados Unidos durante os governos Thatcher e Reagan, os movimentos sindicais perderam força e uma onda de bem estar ligada à flexibilidade de acumulação de capital irrompeu em um Neoliberalismo onde os imperativos econômicos redefiniam valores morais e, até mesmo, ambientais.

Na conjunção paradigmática onde Thompson se inseria, ficava evidente que a impregnação do capitalismo financeiro na determinação de valores e necessidades seria profundamente danosa a espécie humana.

(...) Sabemos também que as expectativas globais estão se avolumando como um dilúvio bíblico, e que a presteza da espécie humana em definir suas necessidades e satisfações materiais de mercado – despejam todos os recursos da Terra no mercado – pode ameaçar a própria

⁸ ELEY, Geoff. *Una línea torcida. De la historia cultural a la historia de la sociedad*. Valencia: PUV, 2008.

⁹ *Ibid.* p. 105.

espécie com uma catástrofe ecológica. O responsável por essa catástrofe será o homem econômico, seja na sua forma clássica capitalista avaro, seja na forma do homem econômico rebelde da tradição marxista ortodoxa¹⁰.

A partir da afirmação de Thompson é conveniente nesta parte do texto para realizar um levantamento de como o meio e, posteriormente, o meio ambiente estão conectados em algumas das obras trazidas à discussão. Segundo Márcia Mota, “a crescente preocupação com os recursos naturais do planeta tem dado lugar a um interesse renovado sobre o meio [ambiente]”¹¹. No entanto, a preocupação de inserir questões de natureza ambiental na História já estava presente nos pioneiros da história agrária francesa, sobretudo Febvre e Bloch¹². A segunda geração da escola francesa também manteve vínculos com o ambiente, Fernand Braudel, considerado o maior expoente dessa época, focalizou seus estudos na materialidade da civilização, dialogando ainda com correntes da geografia, utilizou abordagem da longa duração em seu livro mais conhecido “O *Mediterrâneo* e O Mundo Mediterrânico na Época de *Felipe II*”. A materialidade na obra de Braudel forneceu ao ambiente papel de

destaque na narrativa histórica, entretanto esse destaque se esquivava das prerrogativas deterministas que vinculavam ao meio características das culturas nele estabelecidas. Pode-se afirmar que paulatinamente o cenário passava a se tornar ator com papel central, mas não principal, nas narrativas historiográficas. Concomitantemente com a história social inglesa e estadunidense, a terceira geração dos *Annales*, trabalhando com séries quantitativas, abordou alguns assuntos ligados ao mundo rural, paisagem e, finalmente, ecologia.

J. R. McNeill, um dos expoentes na História Ambiental estado-unidense, assim como outros autores aponta que nos anos setenta do século XX os movimentos ambientalistas ganham espaço na Europa e na América do Norte. O discípulo de Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie atenta para questões ambientais em dois dos seus maiores livros, tratando do clima, epidemias e terremotos no Sul da Espanha¹³. Tal contexto pode ser considerado como a “pré-história” da História Ambiental, não pelo fato de se querer buscar “um mito fundante” que legitime o campo. Mas, pela necessidade de se evidenciar a trajetória e as transformações sociais que despontavam no contexto.

Acredita-se que as primeiras preocupações que tratam das questões ambientais, de forma semelhante às atuais, surgiram com o desenvolvimento da energia nuclear e sua utilização após

¹⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.23.

¹¹ MOTA, Márcia. História Agrária. In: _____, MOTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.242.

¹² BLOCH, M. *A Terra e seus Homens*: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001, 577p. FEBVRE, L. O Reno: *Histórias, Mitos e Realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹³ MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. *History and Theory*, Vol. 42, No. 4, Theme Issue 42: Environment and History. Blackwell Publishing: 2003, p.12.

Hiroshima e Nagasaki. Como afirma Crosby, “as bombas de fusão da Guerra Fria relegaram as bombas de fissão para segunda classe”¹⁴, o potencial destrutivo humano alcançou índices inimagináveis, testes e acidentes nucleares alteraram a forma com que os seres humanos concebiam sua perpetuação no planeta. A chegada à lua também é evidenciada pelo autor como um acontecimento de grande importância, foi nesse momento que a humanidade pode vislumbrar o quanto o planeta é pequeno em relação ao sistema solar. Essa reflexão ataca diretamente a ideia de que os recursos naturais são infinitos, o que propõe novas abordagens e ponderações sobre o meio ambiente. Nesse contexto o debate sobre preservação tomava dois caminhos: haviam aqueles que queriam preservar o meio a fim de utilizar futuramente e outros que pregavam uma preservação mais ferrenha e menos ligada à economia, ponderando sobre a incapacidade de valorar a natureza, apelando ainda para um discurso muitas vezes religioso¹⁵.

A conjuntura agrícola também era inovadora, a Revolução Verde promovia novas técnicas agrícolas e implantação de novas sementes produzidas por corporações multinacionais, as sementes eram direcionadas para países menos desenvolvidos a fim de auxiliar, de acordo com o discurso vigente, a produção

de alimentos e, conseqüente diminuição da fome no mundo. O padrão de trabalho era a utilização de sementes híbridas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização para diminuição do custo de manejo. A adoção destes pacotes pelos agricultores colaborou para a degradação ambiental e transformou a vida dos agricultores tradicionais. O fim da fome, que era o ponto chave do discurso dos países desenvolvidos, não ocorreu. Além de não solucionar o problema, aumentou a concentração fundiária e, sucessivamente, o êxodo rural. A crescente preocupação com a melhoria da natureza esteve presente no período, na maioria das vezes dialogando com assuntos de âmbito econômico, no caso da Revolução Verde não foi diferente.

Nesse ponto cabe um aprofundamento nas proposições de Crosby, que destaca, em seu artigo “O Passado e Presente da História Ambiental”¹⁶, muito mais as questões tecnológicas que as econômicas no intuito de materializar a emergência da História Ambiental nos EUA. Não se trata de procurar mensurar ou definir protagonismos entre os dois campos, mas entender a influência do pensamento econômico na valoração dos recursos naturais é imprescindível para elucidar o surgimento da História Ambiental. “A história não foi a única disciplina afetada por essa maré montante de preocupação pública: o trabalho acadêmico nas áreas de direito, filosofia, economia, sociologia

¹⁴ CROSBY, Alfred W. The Past And Present Of Environmental History. *American Historical Review* 100, no. 4 (1995): 1177-1189. *Historical Abstracts*, EBSCOhost (accessed September 28, 2009). p. 1185.

¹⁵ Ibid. p. 1186.

¹⁶ Ibid..

e outras foi igualmente sensível a esse movimento”¹⁷.

Nas décadas de setenta e oitenta o neoliberalismo, evocação do liberalismo do começo do século XX, adaptava os princípios do liberalismo clássico a um Estado regulador e assistencialista, e procurava restringir a intervenção econômica do Estado a um grau mínimo. A política adotada durante a Guerra Fria visava atender as necessidades do mercado capitalista e utilizar a onda de propagação do bem-estar coletivo e consumo excessivo para desdobrar o capitalismo sobre os domínios comunistas. Neste ponto, a contribuição de Karl Polanyi é fundamental, pois apesar de ter escrito “A Grande Transformação: As origens da nossa época”¹⁸ no início da década de quarenta, seu trabalho alcança os dois momentos do neoliberalismo. Segundo o autor, o liberalismo evocado nos países “centrais”, nunca teria sido realmente liberal, pois o progresso econômico só ocorreu por estar ligado a quatro instituições: o sistema de “Equilíbrio de Poder” entre as grandes nações européias; o Padrão Ouro, que permitia transações comerciais em nível mundial; a ideia de mercado auto-regulável; e o Estado Liberal não intervencionista. Ao trabalhar com as quatro instituições o autor deixa claro que o neoliberalismo não era resul-

tado de simples ações individuais, como propagandeava sua ideologia econômica. Ao contrário, dependia de um modelo político internacional que era assentido pelas potências mundiais, o que denota um alto grau de intervencionismo.

O sistema de mercado descrito por Polanyi se universalizou de forma sem paralelo, o autor chega a comparar essa disseminação com a propagação do cristianismo, porém esse movimento operava em um nível puramente material.

A produção é a interação do homem com a natureza. Se esse processo se organiza através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar na sua órbita, tem que se sujeitar à oferta e à procura, isto é, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para venda¹⁹.

É nesse ponto que a contribuição do autor se mostra interessante para a análise ambiental da doutrina econômica neoliberal. Simon Schwartzman aponta que Polanyi não imaginava que anos depois das duas Grandes Guerras uma nova paz armada iria impor-se sob o signo do dólar. “Uma nova ordem surgiu, tanto ao nível de seus controles políticos e financeiros internacionais, quanto das contradições entre a economia de mercado e as formas crescentes de autoproteção da sociedade que sempre lhe acompanham”²⁰.

¹⁷ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, 1991/2, p.199.

¹⁸ POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

¹⁹ *Ibid.* p. 162.

²⁰ SCHWARTZMAN, Simon. Resenha bibliográfica. Acessado em <http://www.schwartzman.org.br/simon/polanyi.htm>, dia 09/11/2009, às 22:53.

Essa nova ordem que impelia novos valores sobre o mundo social e natural, aliada a crescente tecnologia, clamava por uma ética atualizada que estivesse vinculada às crescentes preocupações relacionadas à sustentabilidade da e na vida.

No contexto levantado por Alfred Crosby como “produtor” da História Ambiental uma obra filosófica destaca-se pela maneira como encara ciência, natureza e seres humanos. “O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica” de Hans Jonas, publicada no final da década de setenta, oferece uma nova ética para a sociedade em que a ciência possui forças inimagináveis e a economia um impulso infatigável, onde “a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça”²¹.

Jonas assevera que todos os modelos éticos utilizados pela sociedade ocidental são antropocêntricos e voltados para contemporaneidade, diferente disso propõe, uma ética que assegura a perpetuação da vida no planeta. Mesmo sem tratar explicitamente de termos ambientais ressalta que a moderna intervenção tecnológica relegou a natureza apenas para uso humano e passível de ser alterada radicalmente. Logo, os seres humanos passaram a manter uma relação de responsabilidade com a natureza, pois ela encontra-se sobre a tutela humana. Por mais que a afirmação de Hans Jonas possa ser contestada com os desastres ambientais que fazem dos homens e mulhe-

res “reféns” do meio, é indiscutível que o avanço tecnológico forneceu à espécie humana o poder de introduzir alterações duradoras e imprevisíveis. Por isso Jonas enfatiza que na busca de um pretensioso progresso a humanidade ameaçou o seu futuro e o da natureza. A civilização técnica onde o Prometeu está desacorretado “tornou-se ‘toda-poderosa’ no que tange ao seu potencial de destruição”²². Na idéia de Jonas para uma ética ao futuro da humanidade, emerge a constatação de que separar analiticamente a natureza e seres humanos é um absurdo, pois é impossível para qualquer civilização viver em um ambiente degradado. Abdicada a condição supranatural do *homo sapiens* as alternativas “preservação ou destruição” ficam bem mais claras.

Como caminho para a ética da responsabilidade, segundo o autor, é indispensável o homem se liberar do engodo da utopia. Esta implica sempre um modelo de ação onde “os fins justificam os meios”, pois dessa forma invariavelmente “os meios deturpam os fins”. “Ao otimismo inclemente opõe-se o ceticismo misericordioso”²³.

Neste contexto onde a técnica e economia definem os caminhos e utilizações dos recursos naturais e meio ambiente no planeta globalizado, a História Ambiental aparece nos Estados Unidos se apropriando de conceitos oriundos da História Social e História Cultural, fruto das imbricações filosóficas, econômicas e

²¹ JONAS, H. *O Princípio Responsabilidade*. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed-PUC RIO, 2006, p. 21.

²² Ibid. p. 229.

²³ Ibid. p. 346.

políticas da época. Nesse sentido, a História Ambiental consegue tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois como aponta Worster, “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta ‘supernatural’, de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas”²⁴.

Além da importância do levantamento físico do meio, e nessa questão a interdisciplinaridade com a Geografia é fundamental, o escopo ambiental se apropria do panorama cultural para melhor compreender as transformações no meio. As diretrizes de trabalho do historiador ambiental²⁵ procuram avaliar as demandas em conjuntos. O primeiro deles é o entendimento da natureza, tal como um determinado ambiente se organizou e funcionou no passado, para tanto o diálogo interdisciplinar com as ciências naturais torna-se pertinente, sempre atentando para o viés ecológico. Nesse sentido cabe afirmar que além da ilustração acadêmica o historiador ambiental deve entrar em contato com os saberes daqueles inseridos no ambiente. Com os procedimentos de história oral, por exemplo, pode se considerar o modo de vida e o posicionamento de pescadores sobre as tradições, o passado de rios, lagoas e lagos, salientando também os posicionamentos sobre a atual situação

do meio. Tal abordagem ainda vai ao encontro de extrair de entrevistas as percepções de natureza, as compreensões do passado e as diferentes formas de agir na atual situação em que se encontra o meio ambiente. Pois como aponta Worster²⁶, buscando os significados da natureza o historiador ambiental deve analisar como essas idéias são socialmente construídas.

O meio surge também como um dos protagonistas da História, que implica novos vetores de análise e diferentes formas de pensar a ação humana. Além de mero cenário onde os acontecimentos esclarecem conjunturas, o “entorno” passa não mais simplesmente condicionar os acontecimentos, mas, ainda, possibilita e potencializa. A História Econômica, Política e Cultural geralmente são produzidas dentro de arcabouços nacionais, ou fronteiras politicamente definidas. Numa análise ambiental o meio se torna o recorte espacial, fronteiras políticas são utilizadas para que fique evidente como determinada cultura se relaciona com o meio.

A história ambiental nasceu, portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente

²⁴ WORSTER, D. Op cit., p.199.

²⁵ Ibid. p.203.

²⁶ Ibid. 210.

natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados²⁷.

Donald Worster aponta um conjunto de três diretrizes que vem se mostrando eficazes no entendimento das interações entre os seres humanos e a natureza desde o final da década de oitenta. O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, nesse caso o apoio interdisciplinar das Ciências Naturais mostra-se imprescindível para a compreensão da organização e funcionamento do meio. O segundo nível vincula-se às interações sócio-econômicas (adotando o sentido mais amplo do termo) na medida em que homens e mulheres interagem com a natureza, utilização dos recursos naturais e sociabilidades relacionadas ao meio tem lugar nesse nível. O terceiro é formado pela análise do tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente cultural. Valores, mitos, crenças, leis e outros elementos de significação meio natural são inquiridos em vista de se investigar o diálogo do indivíduo com a natureza.

Concomitante com o amadurecimento do campo, discussões sobre sustentabilidade ganhavam terreno e firmavam-se como reflexões essenciais para um panorama semi-apocalíptico. A ideia de desenvolvimento está no centro do mundo ocidental, sendo o homem agente transformador do mundo, este interage com o meio a fim de efetivar suas

potencialidades. Esse ponto de vista um tanto quanto teleológico está presente na obra de Celso Furtado, afirma que, “a invenção cultural geradora do desenvolvimento tende a orientar-se em dois eixos: a busca de eficácia na ação e a busca de propósito para a própria vida”²⁸. Entretanto, no mundo ocidental contemporâneo houve o favorecimento do desenvolvimento da técnica e o atrofiamento dos valores substantivos do ser humano.

Apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser inflado de diversos significados e ser apropriado pelos mais diferentes sujeitos, tornou-se a base para o pensamento orientado na direção de refletir sobre as questões que o modelo desenvolvimentista impõe. O conceito contido no relatório da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, intitulado *Nosso Futuro Comum*, é tido como base para as noções mais elaboradas da reflexão. No documento o desenvolvimento sustentável é definido como

(...) um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas²⁹.

²⁷ Ibid. p. 200.

²⁸ FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 8.

²⁹ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 49.

Por mais abrangente que pareça o conceito, é indiscutível a sua importância na direção de criar um consenso capaz de direcionar os olhares das pesquisas e produções sobre o tema.

Nesse contexto, é valiosa a contribuição de José Eli da Veiga³⁰ que auxilia no esclarecimento de questões ligadas à natureza do conceito de desenvolvimento sustentável, ora visto como mera ilusão ou falácia, ora utilizado como ideal generoso e comparado até mesmo à justiça social.

Diferente de Sewell que olha para dentro dos Estados Unidos, Jurandir Malerba em sua obra “História na América Latina. Ensaio de crítica histórica”³¹, observa o panorama europeu e latino americano a fim de marcar a guinada cultural como ponto de transição para a historiografia brasileira. Partindo do pressuposto de que a historiografia latino-americana acompanha os movimentos “centrais” com uma defasagem de aproximadamente vinte anos, avalia a chegada da história social em 1980 e nova história cultural em 1990. Por isso, se mostra preocupado com a distância teórica relacionada ao tempo de apropriação das mesmas e, ainda, questiona a necessidade dessa apropriação teórica. Ao se trabalhar com a conjuntura nacional de produção historiográfica relacionada à História Ambiental, também fica evidente a apropriação³² da

temática produzida no outro hemisfério com alguns anos de diferença. As primeiras iniciativas propriamente ambientais e harmônicas com as reflexões globais surgem a partir da década de noventa no Brasil.

Atualmente com o amadurecimento das discussões ambientais questões de natureza mais complexa despontam no panorama estudado, as “relações sociedade-natureza abre[m] a porta dos estudos e suas relações mais complexas”³³. Essa nova problemática é defendida por Enrique Leff como *Complexidade Ambiental*, em diversos livros ele vem amadurecendo o conceito e tornando-o mais holístico. A sua complexidade ambiental como chave de análise toma emprestado do meio natural a multiplicidade de vetores que incidem sobre uma questão, nesse caminho problematiza as relações entre ecologia e economia a partir do campo do poder e da cultura.

Sob a óptica das contribuições para o desenvolvimento de uma metodologia ambiental no Brasil dentre vários autores pode-se citar o trabalhos de Regina H. Duarte e Eunice Sueli Nodari. As contribuições de Duarte são direcionadas pelo encontro de História e Biologia, o que se torna evidente, por exemplo, no debate sobre as concepções da natureza no pensamento ambiental histórico brasileiro³⁴.

³⁰ VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

³¹ MALERBA, Jurandir. *História na América Latina*. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

³² Neste caso é utilizado o conceito de Roger Chartier, não tratando apropriação apenas como um

ato passivo, mas que implica a readaptação de conceitos e teorias pelo receptor.

³³ LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental na América Latina. In: __ESBOÇOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Fpolis: Gráfica Universitária, nº 13, 2005. p.12.

³⁴ DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. In: *Luso-Brazili-*

Os trabalhos de Nodari relacionados à História Ambiental são referenciados, em sua maioria, pela pesquisa sobre Florestas, desmatamento, devastação e preservação, este trabalho se desdobra tanto em projetos quanto em orientações de Mestrado e de Doutorado³⁵. Nodari salienta a importância desse tipo de estudo ao assegurar que,

As áreas de florestas brasileiras perderam a sua identidade original no decorrer da história, uma vez que a intervenção humana fragmentou e degradou os ecossistemas. Embora presente, a sucessão florestal está ocorrendo nos fragmentos. Porém isto não é suficiente para recuperar a fisionomia original da região. A evolução florestal é um processo dinâmico, o qual envolve tempo-espço e ocorre numa velocidade imperceptível aos nossos sentidos, que se estende por várias gerações humanas. (...) Como historiadores temos que, pelo menos, tentar recuperar a história desta relação homem/floresta e passar para as gerações futuras algumas preocupações que devem estar presentes na nossa vida e na das gerações futuras de que a natureza não é, como nossos avós pensavam, “um bem inesgotável e, portanto não precisa ser preservado”³⁶.

Miguel M. X. de Carvalho em sua dissertação de mestrado traça um paralelo entre a emergência da História Ambiental e a crescente ação ambientalista a partir

de 1970, endossa a profunda ligação que os dois campos possuem e salienta que a História Ambiental incorporou demandas ambientalistas, ou seja, demandas da sociedade³⁷. Questões como conservação da natureza e controle da poluição foram somadas à equidade e justiça social, mas apesar da agenda ambientalista amalgamar temas sociais e conservacionistas ela ainda não é consenso.

Fica evidente na trajetória da História Ambiental a apropriação das diversas transformações que adentraram o campo histórico, sejam as estruturas sociais que permaneceram após a década de setenta do século XX, ou os aspectos culturais oriundos das aspirações de novos sujeitos históricos, momentos onde emerge uma efetiva conjugação das demandas sociais. Nos embates pelos protagonismos da e na História, de forma simplória, a contribuição da História Ambiental transcende a dualidade seres humanos/natureza para a construção de um amálgama analítico, que caminhe na direção das demandas sociais sobre o entendimento da interação entre seres humanos e natureza tanto no passado, quanto no presente.

Bibliografia

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

lian Review, Vol. 41, No. 2 (2005), pp. 144-161.

³⁵ NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. In: *História. Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 9, 2009. p. 137.

³⁶ Idem. p. 145-146.

³⁷ CARVALHO, M. M. X. de. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. 2006. 201p.

- Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CROSBY, Alfred W. The Past And Present Of Environmental History. *American Historical Review* 100, no. 4 (1995): 1177-1189. Historical Abstracts, EBSCOhost (accessed September 28, 2009).
- DOSSE, F. *A História em Migalhas*. Dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. In: *Luso-Brazilian Review*, Vol. 41, No. 2 (2005).
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento*: Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ELEY, Geoff. *Una línea torcida*. De la história cultural a la história da sociedad. Valencia: PUV, 2008.
- JONAS, H. *O Princípio Responsabilidade*. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed-PUC RIO, 2006.
- LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental na América Latina. In: *ESBOÇOS – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: Gráfica Universitária, n° 13, 2005.
- MALERBA, Jurandir. *História na América Latina*. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. *History and Theory*, Vol. 42, No. 4, Theme Issue 42: Environment and History. Blackwell Publishing: 2003, pp. 5-43
- MOTA, Márcia. História Agrária. In: _____. MOTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. *História. Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 9, 2009.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Resenha bibliográfica. Acessado em <http://www.schwartzman.org.br/simon/polanyi.htm>, dia 09/11/2009, às 22:53.
- SEWELL JR., Willian H. *Logics Of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: University Of Chigago Press, 2005. p. 22-80.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WORSTER, Donald. *Para fazer História Ambiental*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, 1991/2.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago-dez. 2002. v. VI, n. 1, jan-jul. 2003.

Submetido em: 8 de Junho de 2010

Aprovado em: 8 de Setembro, 2010